



Marabuto acha equivocados os termos do convênio com missionários

Funai deseja desativar convênio com americanos

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Nelson Marabuto, manifestou ontem a intenção daquele órgão de denunciar o convênio que mantém com o Summer Institute of Linguistic (SIL) — com sede nos Estados Unidos — por considerar «pelo menos equivocados» os seus termos que, entre outros cochilos, passam aos membros daquela missão a prerrogativa do poder de polícia do órgão tutelar, que lhe é garantido pela Lei 6001, Estatuto do Índio.

De acordo com Marabuto, os convênios com as entidades religiosas terão ainda que ser «suportados» pois a Funai não conseguiu administrar as áreas que estão sob sua exclusiva responsabilidade, principalmente no que tange à educação e saúde, com o bom nível das entidades conveniadas, conquanto estas tenham seu grau de nocividade em outros aspectos, por exemplo, pelo fato de imporem sua religião não respeitando a cultura indígena, o que é insistentemente citado pelos indigenistas.

O Estado de Mato Grosso reconheceu como legais, através de sua Secretaria de Educação, os currículos escolares das missões estrangeiras ali instaladas, o que a Funai não conseguiu em todo o país», lamenta o presidente, prometendo que esse quadro deverá ser revertido a partir de quatro de dezembro próximo quando o órgão tutelar realizará o I Seminário de Educação Indígena, que contará com a participação dos maiores especialistas de todo o país no assunto.

Consequências

Marabuto se disse preocupado com a repercussão que o ato de denúncia do convênio possa trazer aos silvícolas, mas, confia que as 18 áreas ora ocupadas pelo Summer, das 53 previstas no convênio que abrange a Amazônia Ocidental não ficarão tão prejudicadas com a retirada dos missionários, já que o Seminário ditará regras de atuação para a área de educação, e as outras, em que também trabalha o Instituto — assistência linguística, saúde e desenvolvimento comunitário — serão dinamizadas passo a passo como resultado da transformação administrativa que vem instituindo no órgão tutelar, o qual deverá obter nos próximos meses verbas significativas. Mesmo assim, o presidente afirma estar convicto de que não poderá prescindir de imediato de outros convênios similares ao Summer.

Este, foi denunciado em 1977 pelo então ministro do Interior do governo Geisel, Rangel Reis, que o considerou prejudicial aos índios, chegando os membros da organização a serem expulsos do Brasil. A reativação do acordo realizada em 21 de dezembro do ano passado, foi autorizada pelo presidente da Funai na ocasião, Otávio Ferreira Lima, demitido no início deste ano por

exigência dos índios Txucarramãe, do Xingu.

— O convênio é tão absurdo que ele obriga a Funai a «levar o índio a entender o SIL como instituição amiga e que tem por objetivo ajudá-lo enquanto tal condição for evidente», assinala fonte vinculada à questão indígena.

Realidade

A realidade das áreas onde estão localizados os índios brasileiros é muito triste, entende o presidente da Funai, que ressaltou ter ficado «desolado» em recente visita que fez aos Xavantes, no Mato Grosso, nas regiões de Kuluene, Pimentel Barbosa, Couto Magalhães, São Marcos e Merure, em vista da precariedade do atendimento fornecido pela instituição governamental que dirige, aos silvícolas locais, especialmente nos setores educacional e de saúde.

— Naquela região foi investida uma verba de Cr\$ 13 milhões para o cultivo de arroz, com um baixo retorno de Cr\$ 16 milhões, o que é um erro. Enquanto isso, vejo condições materiais para o desenvolvimento de projetos pecuários já que lá existem grandes pastos abandonados. Questione se os recursos alocados para a produção rizícola tivessem sido destinados à pecuária, isso não teria sido um melhor negócio para os índios, principalmente agora que a caça está escasseando? indaga Marabuto.

Ele discorda de alguns antropólogos que acreditam ser possível a compatibilização do trabalho das missões junto aos índios e a ausência de uma postura religiosa por parte das mesmas e acentua:

— Creio que isso é uma pretensão utópica. Não podemos mexer nesse nível com uma organização cujo meio é a educação, mas sabidamente, seu fim é a evangelização. Tentaremos amenizar os termos dos acordos pois não poderemos tirar o Summer e as outras missões sem colocar nada no lugar, tudo será feito gradativamente, assegura Marabuto.

Sugestões

A Comissão de Assuntos Indígenas de Associação Brasileira de Antropologia (ABA) através da antropóloga Alcida Ramos, também contrária à manutenção dos convênios como são feitos hoje, acredita que os contratos poderiam ser feitos a nível individual, ou seja, com cada missionário de per si, — e não com a entidade — desde que este apresentasse um projeto de trabalho — como é exigido para os antropólogos — com a clara observância de respeito à religião silvícola.

Ela acredita que da forma como estão os convênios «eles são perigosos porque dão poder demais às missões, cuja ideologia em relação ao bem dos índios é discutível, e deseneumba o governo de atividades que devem ser suas, colocando a responsabilidade em mãos que não são confiáveis».